



ANTÓNIO MENDONÇA (*)

Integração económica na Europa: algumas notas sobre o significado de um conceito

1. A integração económica é antes de mais um processo objectivo e constitui uma consequência «natural» do processo de desenvolvimento económico geral das sociedades.

A História Económica é, em certo sentido, uma História da Integração Económica, processo complexo sem dúvida, por vezes com aparentes paragens ou até recuos, como parece ter sido o caso das economias de tipo feudal, mas que não deixou de se afirmar e desenvolver, desde o período em que os homens viviam em hordas, até aos nossos dias.

Interactuando com este processo objectivo desenvolve-se, simultaneamente, um processo de integração que se poderá designar de subjectivo (com esta designação procurando traduzir uma vontade política de promover a integração de Comunidades menores numa Comunidade mais vasta), processo este que tem sido conduzido fundamentalmente por homens políticos, por governantes de legitimidades diversas e que, não raro conduziu, ao longo da História, a grandes tragédias humanas.

De Alexandre o Grande, da Macedónia, que dominou praticamente todo o mundo rico e civilizado da sua época, passando pelo Império Romano ou, já no séc. XIX, pela tentativa de unificação europeia conduzida por Napoleão, ou ainda, mais perto de nós, e sem dúvida a de consequências mais dramáticas para a Humanidade, pela tentativa imperial de Hitler, pode-se dizer que sempre se manifestou a vontade por parte das potências mais fortes de conduzirem sob a sua hegemonia esse processo objectivo de integração

económica, de integração social, cultural, civilizacional, etc.

2. Esta integração objectiva das relações económicas, das economias nacionais, ganhou no nosso século um impulso maior mercê, por um lado, dos progressos da produtividade e do aumento de produção, por outro, do desenvolvimento das vias de comunicação, que facilitaram a circulação internacional de mercadorias, de capitais, de pessoas, de técnicas, etc.

Mas, simultaneamente, estes grandes avanços da integração objectiva, traduzidos na internacionalização acrescida das relações económicas, não foram acompanhados pelo desenvolvimento, em paralelo, do processo subjectivo de integração. Pelo contrário, foram acompa-

nhados pelo acirrar de contradições entre grupos económicos, entre nações, entre zonas do globo, contradições estas que acabaram por conduzir aos dois maiores conflitos militares da História da Humanidade.

Em certo sentido pode-se dizer que estes conflitos acabaram por constituir uma expressão do atraso do processo de integração, que foi designado por subjectivo, face aos avanços do processo objectivo.

Os resultados da 2.^a Guerra Mundial não deixam, por sua vez, de poder ser considerados contraditórios, no que respeita às relações entre os processos objectivo e subjectivo de integração.

Por um lado, produziu-se uma tomada de consciência colectiva de que a resposta à integração objectiva deveria passar pelo desenvolvimento das formas de cooperação entre as nações e não, simplesmente, pela subordinação dos mais fracos aos mais fortes.

Por outro lado, produziu-se uma fractura, bastante significativa, na economia mundial, com a constituição de dois sistemas económicos distintos, com as suas leis próprias de funcionamento, cada um deles procurando estabelecer a sua hegemonia á escala mundial. Em certo sentido poder-se-á, mesmo, falar de retrocesso do próprio processo objectivo de integração, na medida em que a lógica de desenvolvimento de cada um destes sistemas passava pela desintegração do outro. Ou, então, poder-se-á falar de duas lógicas contraditórias de integração que se afirmaram na economia mundial no período do pós-guerra.



3. A CEE constitui, de alguma forma, um reflexo, um resultado, desta duplicidade de lógicas de integração.

Por um lado, ela procurou criar, no plano político e institucional, as condições que permitissem o desenvolvimento do processo objectivo de integração, procurando desta forma sintonizar os processos objectivo e subjectivo e ultrapassar as situações de conflito do passado. Por outro, ela não deixou de constituir a expressão de uma certa forma de desintegração económica na Europa, na medida em que se desenvolveu em ruptura com uma parte significativa da Europa, ruptura e desintegração estas que passaram por um próprio país que é a Alemanha.

Os acontecimentos que se tem vindo a assistir, praticamente desde os anos 70, com a crise económica internacional de 74-75, a recaída dos anos 80, a crise das economias socialistas, mais recentemente a crise do Golfo, são, de alguma forma, a expressão do esgotamento desta lógica dupla de integração que se afirmou ao longo de todo o período do pós-guerra, e a afirmação de uma lógica única de integração que corresponde à globalização das relações económicas internacionais.

A passagem de uma lógica a outra não é, todavia, um processo fácil e isento de contradições ou até mesmo de perigos.

O esgotamento da lógica de integração prevalente no Leste da Europa tem-se traduzido num aparente recuo, num retorno a uma lógica de tipo nacionalista.

Ao mesmo tempo afirmam-se tendências no sentido de alargar o conceito de integração europeia, não apenas aos países ocidentais que por diversas razões ainda não fazem parte da CEE, mas também aos países do antigo COMECON. A constituição do BERD (Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento) é já a expressão mais visível desta nova realidade.

A Alemanha, tendo recuperado o estatuto de país plenamente soberano, mostra tendências claras de querer recuperar o seu espaço tradicional de influência no Centro e no Leste da Europa.

Neste contexto, os países periféricos da Comunidade correm o risco de tornar-se ainda mais periféricos e a verem substancialmente reduzidos os fluxos de fundos orientados para a coesão económica e social.

No plano das relações da Europa com o resto do mundo, ou no quadro mais global das relações entre zonas do globo, verifica-se uma tendência para a concentração das relações entre os mais desenvolvidos em detrimento das relações de ajuda dos

mais desenvolvidos aos menos desenvolvidos.

Apenas alguns exemplos para procurar mostrar que existe de novo o perigo de a contradição entre a lógica objectiva e a lógica subjectiva de integração, poder de novo provocar perigosos conflitos à escala mundial.

4. É por isso que, neste contexto de mudança e de incerteza, a CEE constitui um facto de estabilidade, de referência, de ordenação das relações internacionais, que importa preservar e desenvolver.

No entanto, os seus objectivos deverão ser substancialmente modificados e ampliados de forma a permitir a integração progressiva de toda a Europa, ainda que isso possa trazer custos imediatos a nível do bem-estar das populações dos países ocidentais. Trata-se aqui de recuperar a ideia de solidariedade e de cooperação que de alguma forma esteve presente nos pioneiros da criação da CEE.



Esta solidariedade e cooperação deverão igualmente ser estendidas para fora da Europa e deverão ter uma tradução no plano das relações internacionais. A lógica de confronto entre sistemas económicos não deverá ser transformada numa lógica de confronto entre blocos económicos mas, pelo contrário, dever-se-á avançar para a criação de novas formas de organização das relações económicas internacionais.

5. E Portugal como joga em tudo isto?

Portugal, pela sua História, pela sua situação geográfica, pelo papel que desempenhou no processo de estruturação das relações económicas internacionais, tem condições para desempenhar um papel activo, agora no processo de reestruturação dessas mesmas relações.

Por um lado, dadas as suas ligações económicas, sociais, culturais, etc., com países da Europa Ocidental, Portugal só terá a ganhar com o avanço do processo de integração e, em particular, com a União Económica e Monetária. Mesmo no plano da soberania e da independência nacionais poderá haver melhores condições para elas sejam defendidas no quadro da integração do que fora dela. As alternativas seriam a satelitização do país, integrado pela força objectiva do processo mas sem poder de decisão sobre o mesmo, ou a autarcia. A ligação a um qualquer bloco alternativo, na Europa ou fora dela, não parece ter, de momento, qualquer sentido.

Por outro lado, Portugal tem todo o interesse em manter e desenvolver formas de cooperação com os países de língua portuguesa, afirmando-se mais no plano das relações internacionais, servindo de ponte entre a Europa, a África e a América e aumentando por esta via o seu peso negocial no seio da CEE.

(*) Professor associado do ISEG/UTL.

P.S.: Já depois de estas notas terem sido alinhadas tomámos conhecimento do fim formal do COMECON, decidido em 28 de Junho último, e da constituição em simultâneo de uma Comissão liquidatária dos bens da organização com horizonte de cumprimento de funções até 27 de Setembro próximo.

Constitui, no nosso entender, mais uma expressão (e consequência natural) do esgotamento da lógica dupla de integração a que atrás fizemos referência e, por este facto, um factor adicional de instabilidade das relações europeias e internacionais.

Significa, para a CEE, um acréscimo de responsabilidades enquanto referência ordenadora das novas relações em formação na Europa.